

A ANÁLISE DE DISCURSO E SEUS ENTRE-MEIOS: NOTAS A SUA HISTÓRIA NO BRASIL

“À Paul Henry pela excelência teórica com que, desde o início, percorre a força e as nuances da análise do discurso”

ENI P. ORLANDI
DL/IEL – Labeurb/Nudecri - UNICAMP

RESUMÉ: Il s’agit dans ce texte de montrer la constitution de l’analyse de discours en tant que discipline qui présuppose la linguistique et son rapport aux sciences humaines et sociales, travaillant la notion d’entredeux. D’autre part en situant cette histoire dans le territoire scientifique brésilien nous montrons les rapports historiquement établis et politiquement signifiés de l’analyse de discours au Brésil et en France. Nous travaillons aussi sur les enjeux du rapport constitution/institutionnalisation de l’analyse de discours en tant que discipline scientifique.

INTROITO

Distinguindo o campo da reflexão discursiva daquele em que domina a noção de “intervalo”, estou, na história das teorias da linguagem, situando a análise de discurso, que pratico e que vou expor, como uma disciplina que se constitui “no meio de”. Daí a dupla referida no título “intermédio/entre-meio”. Diferentemente do intervalo, a idéia de entremeio refere a espaços habitados simultaneamente, estabelecidos por relações contraditórias entre teorias. Relações em que não faltam pressões, processos de inclusão e de exclusão, hierarquização e legitimação, apagamentos, ou seja, relações de sentidos mas também relações de força, na medida em que a forma sujeito histórica, que é a nossa, inclui, ou melhor, funciona pelo conhecimento, e por sua relação com o Poder (declinado pelo jurídico). A análise de discurso que faço mantém o estudo lingüístico como espaço aberto de questões sobre o próprio da língua, não procurando fechá-lo seja porque se exclui da ordem do significante o que não é gramática, seja porque, ao contrário, se visa um objeto total, numa forma que integre tudo iludindo-se com o desconhecimento da presença da contradição na ciência. Na medida em que esse nosso estudo caracteriza-se por falar de uma teoria e, ao mesmo tempo situá-la em uma história das idéias, essas relações serão tematizadas.

Por que a análise de discurso se situa nesse lugar em que não há a afirmação categórica de um lugar só e é pensada a partir de espaços relacionais entre disciplinas?

Porque ela se pratica pelo deslocamento de regiões teóricas e se faz entre terrenos firmados pela prática positivista da ciência (a lingüística e as ciências sociais). Em suma, des-territorializa. E, nesse movimento, põe em estado de questão o sujeito do conhecimento e seu campo, seu objeto e seu método, face à teoria que produz.

Tanto o sujeito como a escrita da análise de discurso se delineiam nesse seu modo de existir, nessa sua qualidade de ser uma disciplina de entremeio. Não positivista, mas nem por isso abandonando o território da reflexão a que se dá o nome de ciência, mais especificamente, no interior do que chamamos ciências humanas e sociais.

Já poderia iniciar dizendo que a Análise de Discurso que pratico levou a sério a afirmação de Saussure de que a língua é *fato social*. Restava estabelecer para esta definição como pensar a língua como fato e como significar aí o que é social. E as duas coisas foram feitas, sendo esta a singularidade da análise de discurso: ligar a língua e a exterioridade, a língua e a ideologia, a ideologia e o inconsciente. Observe-se, como tenho proposto, em relação a Saussure, o deslocamento produzido pela análise de discurso face à dicotomia língua/fala, deslizando para a relação não dicotômica língua e discurso. A não-dicotomização da relação língua e discurso abre o conhecimento lingüístico para um novo marco em seu desenvolvimento. A teoria do discurso, trabalhando os entremeios, vai além das relações representadas como dicotomias.

Ao produzir este deslizamento, ao desmanchar teoricamente essa dicotomia, a teoria do discurso re-define (re-significa enquanto instrumento de reflexão) o que é língua para a lingüística. Também para o analista de discurso, a língua é estrutura mas uma estrutura sujeita a falhas e não um “*systeme où tout se tient*” (de Saussure, 1962) . Ou, como diz P. Henry (1975), a língua é *relativamente* autônoma. Nesse “relativamente” está a possibilidade teórica da re-introdução do sujeito e da situação no campo dos estudos da linguagem. Para isso, tanto o sujeito como a situação são, por sua vez, re-definidos, re-significados. O sujeito não é origem de si e a situação não é a situação empírica mas lingüístico-histórica que, em conjunto, nesse modo de considerá-los, permitem trazer para a análise não apenas a forma abstrata ou a forma empírica mas o que tenho desenvolvido como *forma material* (a partir de L. Hjelmslev, 1968), em consonância com as contribuições do Materialismo Histórico (e a teoria da Ideologia), da Psicanálise (e a noção de Inconsciente, ou, na Análise de Discurso, o de-centramento do sujeito) e da Lingüística (deslocando a noção de fala para discurso com reflexos sobre a própria noção de língua, que se altera).

Em consequência, como nos diz M. Pêcheux (et alii, 1971), podemos pensar o deslocamento da noção de “valor” para o campo semântico (sem a subordinação da significação) e não apenas, como na Lingüística saussuriana, para a morfologia, a fonologia e a sintaxe. E o que significa pensar o valor, pensando o objeto discurso em sua relação com a língua? Significa transpor os limites do estruturalismo ortodoxo para uma reflexão que, ao colocar a questão da estrutura, introduz ao mesmo tempo a necessidade de pensar a noção de acontecimento. Isto é, pensar o funcionamento não apenas para o sistema mas também para sua prática. Ou, mais simplesmente, como diz M. Pêcheux (1969), podemos conceber o texto em seu funcionamento com a condição de se perguntar que tipo de funcionamento é este? A resposta que ele dá é a de que a

ligação entre o texto e sua exterioridade é constitutiva e torna possível a análise de seu funcionamento. Funcionamento marcado pelo equívoco.

Mesmo se não o quisesse explicitamente, Saussure, ao dicotomizar língua e fala, autorizou o reaparecimento triunfal do sujeito falante como “subjetividade em ato”, unidade ativa de intenções que se realizam pelos meios (lingüísticos) colocados à sua disposição. Em outros termos (M.Pêcheux, idem), nesse modo de conceber a língua (e a fala) tudo se passa como se a lingüística científica (tendo como objeto a língua) liberasse um resíduo que é o conceito filosófico de sujeito livre, pensado como o avesso indispensável, o correlato necessário do sistema. A fala, como uso da língua, aparece como um caminho da liberdade humana; avançar no caminho estranho que conduz dos fonemas ao discurso é passar gradativamente da necessidade do sistema para a contingência da liberdade....

Do ponto de vista da análise científica seria só uma questão de se produzirem instrumentos combinatórios cada vez mais potentes para se dar conta de tudo. Ora, o que a análise de discurso vai mostrar é que não é assim. É preciso mudar de terreno e essa mudança se faz através de um deslocamento da dicotomia proposta língua (social, geral, sistemática)/ fala (individual, singular, assistemática, ocasional) para a relação língua/ discurso em que não se dicotomiza, não se iguala o universal com o extra-individual. No domínio discursivo considera-se que, entre a singularidade individual e a universalidade, produz-se um espaço teórico em que se reconhece o nível da particularidade, o que é próprio (extra-individual mas não universal). Não se dicotomiza tampouco o social e o histórico, ou o necessário e o casual. Não se visa um objeto total nem uma teoria onipotente que dê conta de “tudo”.

As relações são mais complexas quando se pensa o discurso (e não a fala). É enquanto discurso que se pode pensar a noção de funcionamento para o texto. Referindo-o à sua exterioridade mas exterioridade essa relacionada ao lingüístico. Nem, de um lado, só a língua, nem de outro só a situação-lá, o fora. E é a isso que, em meus trabalhos, refiro como forma material, lingüístico-histórica, fazendo intervir a noção de interdiscurso (que refiro como memória, saber discursivo): alguma coisa fala antes, em outro lugar e independentemente (M.Pêcheux, 1975). Não se abandona o exterior específico mas ele é atravessado pelo exterior constitutivo (o interdiscurso).

A noção de forma material, tal como a tomo, distinguindo-a da forma abstrata e da forma empírica, elabora a importância, estabelecida na análise de discurso, da relação entre língua e história. Pela forma material, podemos trabalhar a inscrição do histórico na língua, o investimento do sentido na sintaxe, de modo a seguir o princípio segundo o qual a materialidade da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua. Estabelecemos assim a relação entre a forma-sujeito e a forma do sentido pela noção de materialidade discursiva, lingüístico-histórica. Como veremos mais adiante, a psicanálise entra em consideração no quadro do materialismo.

Paralelamente, pensar a forma material é abrir espaço para pensar a relação estrutura/acontecimento que, na análise de discurso, se especifica pelo fato de que, metodologicamente, há um batimento entre descrição e interpretação. É nesse entremeio que faz efeito o gesto do analista. Gesto que, saindo dos dualismos

(saussurianos, chomskyanos e outros), é capaz de não reduzir o simbólico (sem o supervalorizar) nem é surdo ao significante (sem esquecer o real da história).

Nesse ir e vir do analista que, como qualquer sujeito, também não está centrado, e, nesse caso, nos/pelos efeitos do discurso da ciência, é que se realiza a prática da análise de discurso. É nesse intermédio que o discurso pode ser apreendido em sua relação com a língua. Esta relação entre a língua – como sistema intrinsecamente passível de jogo (jogo em e jogo sobre) – e a discursividade – como inscrição de efeitos lingüísticos materiais na história – é objeto do trabalho do analista.

Pensando a própria lingüística nessa perspectiva do entremeio, entre os literatos e os cientistas, Pêcheux afirma que “a lingüística (...) tem efetivamente a ver com uma materialidade específica de natureza formal (e nisso ela ambiciona o ideal das ciências) mas, simultaneamente, esta materialidade resiste do interior às evidências da lógica, seja ela dita “natural” ou “matemática””. Continuando, diz ele que “a materialidade da sintaxe é realmente o objeto possível de um cálculo (...) mas simultaneamente ela escapa daí na medida em que o deslize, a falha, e a ambigüidade são constituintes da língua e é por aí que a questão do sentido surge do interior da sintaxe”. Este é um ponto fundamental para a análise de discurso. O analista de discurso não pode abrir mão do sentido, que, por sua vez, não está “separado” da sintaxe. Segundo M. Pêcheux (1994), trazer a análise para a materialidade da língua não é apenas transportar para seu campo, para quitar a dívida com a lingüística, este ou aquele conceito lingüístico (o de “estrutura” emprestado aos discípulos de Saussure ou o de “transformação” emprestado de Chomsky), nem fragmentos de análise morfológica, por exemplo, no tratamento de textos. Para os objetivos do analista de discurso, considerando uma relação regrada entre língua e discurso, é necessário trabalhar o “impulso metafórico interno da discursividade pelo qual a língua se inscreve na história”.

Em suma, o analista de discurso, para trabalhar a forma material traz para dentro de sua prática o trabalho com a metáfora, com o “equivoco”, tal como o defino no campo da análise de discurso, a partir das leituras de M. Pêcheux: o efeito da falha da língua inscrevendo-se na história. O que compreendo quando penso o jogo não só da/na língua (capaz de ser explicado pela sintaxe) mas o jogo sobre a língua, que caracteriza a discursividade. Falamos a mesma língua mas falamos diferente. As noções de paráfrase e de metáfora, enquanto transferência (que M. Pêcheux, 1975, empresta a Lacan: uma palavra por outra) são os suportes analíticos de base. No entanto a paráfrase é definida na Análise de Discurso de modo diferente ao da Lingüística assim como a metáfora é definida de outra maneira que a dos estudos literários. A paráfrase (E. Orlandi, 1983) é, ao mesmo tempo, fato de linguagem e procedimento heurístico. É a paráfrase (pensada em relação à configuração das formações discursivas) que está na base da noção de *deriva* que, por sua vez, se liga ao que é definido como efeito metafórico (M. Pêcheux, 1969): fenômeno semântico produzido por uma substituição contextual, produzindo um deslizamento de sentido. O que realço, com meu trabalho, ao trazer a noção de efeito metafórico para os procedimentos analíticos aproximando-a da noção de gesto de interpretação – tratando, no mesmo conjunto, essas noções e a de equivoco, a de acontecimento, em suas ligações com a estrutura – é o fato de que o analista trabalha a possibilidade de descrever/interpretar um funcionamento discursivo “operando” com a

paráfrase e a metáfora. Ou seja, em meu trabalho, a paráfrase e a metáfora explicitam-se enquanto procedimentos de análise. Nesse procedimento, o analista lança mão do interdiscurso – que, como re-defino, é a memória constituída pelo esquecimento, diferentemente da memória documental, institucional, que é o arquivo e que se caracteriza pela estabilização, pelo que não é para ser esquecido. Esta é uma marca da especificidade da análise de discurso que guardo como uma contribuição radical: ela introduz uma noção não lingüística de paráfrase e uma noção de metáfora que não deriva da retórica, ou dos estudos literários, assim como pratica a análise da “memória” em suas diferentes determinações. A relação entre essas noções e o modo de procedimento da análise de discurso, relacionando o que é estabilizado e o que é sujeito a equívoco, no movimento da descrição e da interpretação vai marcar profundamente os estudos da linguagem.

É comum não se compreender esta posição do analista de discurso que, aliás, pode ser apreciada no que diz Courtine de uma maneira sugestiva: para praticar a análise de discurso é preciso ser lingüista e esquecer que é. A maior parte ou não é ou não esquece...Daí as derivações para a análise de conteúdo, a análise textual, a pragmática, a psicanálise etc, em que se articulam, sem deslocar-se, lingüística e situação, ou lingüística e inconsciente, etc. Em todos esses casos a materialidade da língua na discursividade “desaparece” ou porque é tomada como metáfora, ou como um meio transparente, ou porque é apenas “uma vidraça empoeirada através da qual se incita a espreitar as “próprias coisas” (M. Pêcheux, *ibid.*).

É preciso convir que não é fácil praticar o entremeio enquanto uma posição teórica assumida, como o faz o analista de discurso, sem deslizar para o interpretativismo da análise de conteúdo, nem o exercício do que tenho chamado informalmente de “puxadinho teórico” dos que pensam poder se servir “neutramente” da análise lingüística tal qual em suas análises e depois “acrescentar” um componente de outra ordem, predominantemente sustentado sobre a noção de contexto (onde se inclui o sujeito), como se discurso fosse língua+contexto. Como venho afirmando, há uma relação complexa língua/discurso que não se atinge apenas pelo acréscimo de componentes. É preciso mudar-se de terreno, re-definir-se, sem esquecer, insisto, que discurso não é um mero substituto de fala (de Saussure).

A análise de discurso se constitui na conjuntura intelectual do estruturalismo do final dos anos 60, em que a grande questão é a relação da estrutura com a história, do indivíduo com o sujeito, da língua com a fala. A passagem que se faz é justamente a passagem que coloca em questão as noções de sujeito, de indivíduo, de língua, de fala, de história então vigentes, assim como as dicotomias estabelecidas. A análise de discurso proposta por M. Pêcheux leva tudo isso em conta e propõe a noção de discurso como possibilidade de mudar de terreno sem deixar de, ou justamente para poder considerar estas questões. Ele adentra assim a região do que virá a ser chamado de pós estruturalismo, levando em conta Saussure e o materialismo, redefinindo-os, no entanto, pela maneira como pensa o “equívoco” que trabalha a ligação língua-exterioridade, pela maneira como articula estrutura e acontecimento, pelo empreendimento teórico que ata língua e ideologia. Pensando, em suma, a discursividade. Para isto a análise de discurso reúne, deslocando de sua rede de filiação teórica, língua-sujeito-história, construindo

um objeto próprio, o discurso, e um campo teórico específico, a análise de discurso precisamente.

AS GRANDES LINHAS DIVISÓRIAS

Podemos apontar várias distinções que se fazem, seja no interior da análise de discurso, seja nas relações institucionais que se estabelecem a partir de sua emergência no campo das teorias da linguagem. Mas, sem dúvida, impõe-se desde o início uma primeira grande divisão, a que se faz entre a análise de discurso europeia e a americana (aqui pensada a América do Norte). Do lado da americana (e essa não é uma divisão meramente geográfica) está a tendência de uma declinação lingüístico-pragmática (empiricista) da análise de discurso com um sujeito intencional, e do lado europeu a tendência (materialista) que desterritorializa a noção de língua e de sujeito (afetado pelo inconsciente e constituído pela ideologia) na sua relação com discurso em cuja análise não se procede pelo isomorfismo. Pela declinação pragmática, propõe-se, sem redefinir, os mesmos mecanismos analíticos para a análise do que se chama discurso e que, nessa declinação, se resolve pela soma “língua+contexto” ou pela extensão da análise da língua, como frequentemente se diz, “além da frase”. Nada de parecido se dá com a análise de discurso que não se inscreve nessa tendência lingüístico-pragmática. Mesmo porque a proposta de M. Pêcheux, segundo a leitura que faço, interessa na medida em que não deixa intocada a região da reflexão sobre a linguagem. Não se apresenta apenas como algo “a mais” do ponto de vista metodológico, mas como uma iniciativa de reflexão que interroga as próprias teorias que constituem as relações contraditórias do campo de sua existência. É aí que a América do Sul, mais precisamente Campinas, entra nessa história com sua contribuição própria. Em termos de história da ciência, a Análise de Discurso não deixa tampouco intocada a relação já fixada e dominante que tem, de um lado, a tradição europeia e, de outro, a norte-americana (ou anglo-saxã). Ela vai colocar questões para essa forma de dicotomizar a história do pensamento sobre a linguagem.

Há uma questão posta pela relação da lingüística com as ciências humanas e sociais, no estruturalismo, quando a lingüística se apresenta como ciência piloto das ciências humanas: o que significa formalizar os estudos da linguagem? E se é possível formalizar um objeto como a língua, é possível formalizar, em geral, os diferentes objetos das ciências humanas? E a que custo epistemológico? Claro que esta questão se colocava sobretudo para aqueles que não se contentavam com um arremedo de formalização que seria apenas a “tradução” para um modo de dizer matemático do que dizia respeito à língua. Não se tratava apenas de uma aplicação periférica mas de uma redefinição dos instrumentos (cf P. Henry, 1997) de análise e que retornava sobre a própria natureza do objeto. Iniciava-se a crítica ao “conteudismo”.

A Análise Automática do Discurso de M. Pêcheux (1969) procura concretizar esta proposta. Nela, a questão da informatização do modelo tem um papel heurístico e não se reduz apenas a uma aplicação. Com isso se faz avançar sua reflexão sobre esse novo objeto. Mas, diferentemente do que se passa no Brasil, tal como veremos mais adiante,

não era a questão da informatização ou a da formalização do modelo em sua relação com a lingüística que foi mais polêmica na França. O que produziu uma grande cisão foi a questão teórico-política colocada pelo marxismo ortodoxo e a tomada de posição althusseriana da re-leitura de Marx (e a relação com a Psicanálise, re-leitura de Freud). Havia uma interrogação forte posta para a história e para o que é uma formação social.

Em minha leitura, considero que M. Pêcheux, no deslocamento produzido de Marx a Althusser, correlato ao feito por Lacan em relação a Freud, se coloca no lugar em que, pela consideração da linguagem na relação com o que teoriza Althusser sobre a ideologia e o sujeito, funda um novo campo na relação com a lingüística, na figura de seu fundador Saussure. Embora sendo filósofo e não lingüista, M. Pêcheux busca o concurso do conhecimento lingüístico para inaugurar, no domínio do conhecimento lingüístico, um novo campo de questões, produzindo um novo objeto em sua relação com a língua. A questão do sujeito e do sentido – assim como o era já para a relação da análise de discurso com a lingüística de filiação saussuriana – continua a ser a pedra de toque. Efeito da introdução da noção de linguagem em sua relação com a ideologia (e, eu diria, da interpretação, tal como considero, E. Orlandi, 1996). Na equação histórica teórico-política temos: Freud/Marx/Saussure::Lacan, Althusser, Pêcheux.

Dividem-se os adeptos da análise de discurso francesa entre diferentes grupos de esquerda, com todas as implicações que isto tem nos anos 60, com a invasão da Tchecoslováquia e todas as crises que daí decorrem. Tensão acrescida pela polêmica posição da lingüística nessas relações, já que, com a posição althusseriana, a linguagem não aparece mais como simples acessório do político, nem da ciência. Não passa despercebido que o sujeito de ciência que pratica a análise de discurso se expõe à sua posição sujeito político que seu investimento teórico anuncia. Com a análise de discurso nos anos 60, não se pretende mais que a ciência da linguagem é neutra. Nem pelos seus sujeitos nem pelo seu objeto. Nem por isso se nega a ciência ou o sujeito da ciência. Ao contrário, eles são investidos na teoria, são focalizados como parte da prática científica e de sua institucionalização. Discurso e Ciência, essa é uma das tarefas de compreensão primeira. M. Pêcheux dedica toda uma parte de seu *Vérités de la Palice* (1975) a esta discussão.

M. Pêcheux intervém de modo central no campo da lingüística em torno de Saussure e contra a Semântica. É o que diz D. Malidier (1990), falando da “intervenção epistemológica” como o tipo de tarefa que se dá esse filósofo apaixonado pela ciência e pela política: “o que pode a lingüística quando se trata do *sentido*?”. M. Pêcheux fala do corte epistemológico produzido por Saussure e critica seus recobrimentos, avançando contra o estruturalismo generalizado, um método universal de análise geral do espírito humano (Communication 4), uma ciência das ciências (Estrutura e Acontecimento). Segundo M. Pêcheux a “analogia”, a despeito dos esforços de Saussure, faz intervir a idéia e, por aí, a fala e o sujeito individual. É por esta porta que entram o formalismo e o subjetivismo. Há o corte saussuriano e seu recobrimento. Daí a posição de M. Pêcheux de que o sentido, objeto da Semântica, excede os limites da lingüística, ciência da língua: a relação entre as significações de um texto e as suas condições socio-históricas é constitutiva das próprias significações.

Sujeito e sentido se constituindo ao mesmo tempo, como proponho com minha leitura, não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia.

Chegamos por aí ao que realmente faz uma diferença e produz dissensões no interior mesmo da análise de discurso francesa, nos finais dos anos 70, a teoria aparecendo, na posição de M. Pêcheux (D. Maldidier, 1990), às vezes como diretamente governada pela política (e pelo programa da esquerda): é a batalha teórico-política contra o reformismo que incide sobre a análise de discurso (ou o discurso das ciências em geral, naquela conjuntura). Estão aí representadas as posições de M. Pêcheux – a esse respeito é interessante a leitura de seu artigo com F. Gadet “Há uma saída para a lingüística fora do logicismo e do sociologismo?” (2000) - contrária à posição de Marcellesi, Gardin, Guespin. A crise da lingüística fazia aparecerem as divergências, internas à análise de discurso, sobre as questões da língua e do sujeito, através de mediações e trajetos teóricos bem distintos do que veremos acontecer no Brasil. Para Marcellesi e sua equipe a análise de discurso é um domínio particular da sociolingüística. Para M. Pêcheux, a sociolingüística aparece como lugar de recobrimento da política pela psicologia (e pelo sociologismo) assim como o formalismo aparece como uma ameaça cujo risco corre a sintaxe. Sintoma de uma mesma crise: a insistência no sujeito individual e coletivo, na comunicação intersubjetiva. Na França, a presença, ou referência ao autor Voloshinov (com seu “Marxismo e Filosofia da linguagem”, e não Bakhtin, se assim podemos dizer), esclarece o antagonismo no interior da Escola Francesa de Análise de Discurso (assim batizada por L. Guespin). Estes lingüistas marxistas, em nome do marxismo, emprestam a via aberta por Voloshinov em 1929 que, no fim dos anos 70, encontra, no campo francês, a filosofia anglo-saxã e a pragmática: o que já se chama interação, dialogismo. Do outro lado, M. Pêcheux, como nos explica D. Maldidier (1990), sustenta desde essa época e até o fim uma posição clara: a questão do sentido não pode ser regulada na esfera das relações interindividuais, assim como a das relações sociais não podem ser pensadas sob o modo da interação entre grupos humanos. Estava traçada a divisão entre os que, através de Voloshinov, tendem a anular uma dimensão própria da língua e conduzem a fusão da lingüística em uma vasta semiologia, “opondo, ao sistema abstrato das formas lingüísticas o fenômeno social da interação verbal, realizadas através da enunciação e das enunciações” e M. Pêcheux que mantém sua reflexão no entremeio – entre sociolingüística, lingüística, pragmática e teoria da enunciação – mantendo, em torno do corte saussuriano, a possibilidade de pensar “ a singularidade do sujeito na língua assim como a articulação entre língua e inconsciente”, abordando pontos decisivos do materialismo histórico: a questão do Estado, da prática política, da psicanálise (M. Pêcheux, 1978). Observe-se que ele considera a psicanálise entre os “pontos decisivos” do materialismo histórico.

Passemos agora para o Brasil. Em nosso território - numa relação híbrida entre o político e o teórico, com os americanos e com os europeus, já que há forte dominância da lingüística americana (ou anglo saxã) no Brasil – a divisão tem a ver com o modo de relacionar a análise de discurso com a lingüística, com a pragmática. Os pontos de atrito, diferentemente da França, são menos com a sociolingüística mas continuam a ser com a relação sujeito/língua/ideologia, em outra conjuntura teórica. Eu diria que, na

França, na provocação do formalismo dominante, o antagonismo tomou a forma do sociologismo e aqui no Brasil tomou a forma do pragmatismo, nuançado, em alguns casos, por um estruturalismo tardio.

Aqui, a análise de discurso institucionaliza-se amplamente – não sem algumas resistências, como veremos a seguir – e, com sua produção e alcance teórico, configura-se como uma disciplina de solo fértil, com muitas conseqüências tanto para a teoria como para a prática do saber lingüístico. Na contramão, há aqueles que, incompreendendo a relação da análise de discurso com a lingüística (relação que é de “pressuposição” (M.Pêcheux, 1975^a), ou seja, a análise de discurso pressupõe a lingüística) pretendem “preservar” tal qual a lingüística – e os formalismos dominantes - e há os que, inscritos na filiação lingüístico-discursiva, como eu, partindo da lingüística e reconhecendo/deslocando o corte epistemológico saussuriano (M. Pêcheux, 1971), procuram compreender a relação entre a lingüística e a análise de discurso no quadro das relações de entremeio, elaborando suas contradições. Os que pretendiam/pretendem que a teoria do discurso não pode (não deve) produzir um deslocamento de terreno dos estudos lingüísticos (ou, como diz M. Pêcheux, colocar questões da lingüística para a própria lingüística) mantinham/mantêm as reflexões do campo da lingüística tal qual e “acrescentam” componentes da reflexão que vêm de dois campos “afins”: a pragmática (os atos de linguagem) e a teoria da enunciação (o sujeito). E praticam o isomorfismo, na melhor das hipóteses, estendendo a análise lingüística para além da frase, perdendo assim o que é específico do discurso pois, não esqueçamos, mesmo para Saussure, na dicotomia língua/fala, a língua não é soma de falas, ela tem sua ordem própria. Paralelamente, podemos dizer que tampouco o discurso é acúmulo de frases. Do mesmo modo, língua e discurso não se equivalem em uma relação de partes e todo. Nem o discurso é a língua do indivíduo, pois aí intervém a questão do sujeito. A elaboração de uma posição teórica como a de Benveniste reconhece a dificuldade dessa relação mas, situando-se em uma posição em que o lingüístico é dominante, acaba por colocar um sujeito (origem) que se apropria da língua convertendo-a em discurso.

Essas formas de reflexão apendiculares a que me refiro acima, na melhor (?) das hipóteses, procedem a uma “confusão” teórica que desqualifica o próprio do discurso. Por isso, esse discurso, que toma a forma moralista (“salvar”, “ameaça”, ou suas variantes, a “verdadeira” ciência, a teoria que “é/não é” lingüística, “difícil/fácil”, “clara/obscura”etc), é na realidade o discurso da afirmação de uma forma de ciência dominante (com seu formalismo preservado) procurando não deixar que o conhecimento se reconheça (se produza) em outros lugares que não o seu. O que é esperado, já que é assim que uma forma de conhecimento mantém sua hegemonia: há a “verdadeira” ciência (da linguagem) e, depois, as “outras”. Ideologia da ciência se afirmando em sua prática.

De minha parte, sempre pensei que a análise de discurso oferece a possibilidade de trabalhar um objeto novo: o discurso. E minha reflexão vai nessa direção. Sempre insisti em que se deva praticar a leitura de autores cujos textos se apresentam como textos “preliminares” para a compreensão do campo específico da análise de discurso –

Halliday e a noção de texto¹, Benveniste e a noção de sujeito, Jakobson e as funções da linguagem, Malinowski (e Firth) e a noção de situação enquanto constitutiva, O. Ducrot e a argumentação como inerente – mas era preciso sobretudo dar visibilidade, construir mesmo, o campo específico da análise de discurso caracterizando sua teoria, seu método, seus procedimentos analíticos e seu objeto próprio, onde a noção de texto (relacionada a discurso), de sujeito (relacionada a autor), de função e funcionamento, de situação (condições de produção) ganham outros sentidos, são re-significados em outra filiação teórica, a que dá especificidade à análise de discurso na filiação de M. Pêcheux (em sua relação com P. Henry e M. Plon). Isto está presente ao longo de meus trabalhos.

Quando caracterizo assim a análise de discurso visou não perder o que há de mais específico nessa proposta teórica, ou seja, a afirmação de que a lingüística tem seu objeto, que é a língua, e a análise de discurso se constitui pela afirmação de um outro objeto, o discurso. Trabalhando então a relação entre o lingüístico e o discursivo assim como a relação entre o discursivo e o histórico (E. Orlandi, 1994).

Este novo objeto, o discurso, por sua vez, ao se constituir, afeta (não desfaz) o próprio campo da lingüística pela natureza da relação proposta da língua com o sujeito e a situação, dadas as características destes, afetados, por sua vez, pela ideologia e pelo inconsciente. Em conseqüência, re-configura-se o desenho disciplinar do campo das ciências da linguagem, com efeitos sobre as ciências humanas e sociais em geral.

De certa maneira, o que eu visava era mostrar que nem a lingüística nem as ciências sociais podiam responder as questões que se colocavam sem que houvesse um re-traçado de limites e a formulação de novas questões. E é a esta tarefa que me dedico.

Enquanto ciência piloto, não era por acaso, e nem apenas por acréscimo, que a lingüística responderia ou deixaria de responder as questões colocadas pelas ciências humanas e sociais. As dificuldades eram uma questão de necessidade teórica e não de boa vontade. Havia aí um impossível importante de ser compreendido cientificamente. E a noção de discurso permite essa compreensão ao se colocar como lugar em que se pode observar a relação entre língua e ideologia, tomada esta não como ocultação mas funcionamento estruturado pelo modo de existência da relação língua-sujeito-história (sociedade). Ao mesmo tempo, e como retorno para a própria lingüística, ficava aí apontada a necessidade da lingüística refletir sobre seu modo de existência que, como diz M. Pêcheux (1981), insiste em “se denegar através de uma alternância de errâncias e de reunificações enganadoras”. E que entendo, pela mobilização do que este autor denomina “filosofias espontâneas” que acompanham as teorias e que recobrem as suas contradições dando aparência de cientificidade aos seus efeitos, aparecendo justamente sob a forma de alianças (com a psicologia, com a sociologia, com a história etc). Esse

¹ O resultado das retomadas, em sala de aula, desses textos preliminares - como o *Cohesion in English*, de Halliday e Hasan, ou a re-leitura de Malinowski, Jakobson, Benveniste, Foucault e outros - e dos deslocamentos que então eu propunha (cf. meus *A linguagem e seu funcionamento* (1983) e *Discurso e Leitura*, 1988), através da análise de discurso, são parte da instituição desse novo campo de questões, o discursivo, e produziu efeitos presentes no grande número de artigos, dissertações e teses que se realizaram sob minha orientação, em que se deslocavam, redefiniam a noção de sujeito, de texto, de autor, de língua, do próprio discurso, da história, do político, do imaginário etc. Ou seja, esse “outro” lugar teórico estava efetivamente se constituindo.

recobrimento das contradições, em alianças, leva a lingüística a afastar-se de seu campo, ao invés de reconhecer e trabalhar seu domínio específico, no seu caso, o próprio da língua, seu real. Assim, reconhecer o objeto discurso como um objeto próprio pressupõe a lingüística mas se, de um lado, ao fazê-lo, reconhece seu campo próprio, de outro, não se propõe a ser mero acréscimo na “aplicação” da lingüística. Daí a necessidade de se pensar o lugar das sistematicidades lingüísticas na análise de discurso (E.Orlandi, 1994). O que equivale a dizer que a análise de discurso não pode simplesmente se servir dos produtos da análise lingüística e lhe acrescentar alguns elementos que a complementam. A teoria, os métodos, os procedimentos de análise são distintos porque são teorias distintas com objetos distintos, no entanto interferindo, com seus resultados, na própria relação entre língua e discurso. Por isso, quanto mais compreendo o discurso, mais compreendo o que é língua. Não se trata, entretanto, de algo automático e equivalente. Trata-se de relação teórica refletida. Trata-se de saber ser lingüista e esquecer que é. Esquecimento este que se apresenta como teoricamente necessário e produtivo. Trata-se mais uma vez de ficar no entremeio.

Por outro lado, e não menos importante, trata-se de compreender o que é ideologia. E aí a questão, fortíssima também na França, é o desgaste que a noção de ideologia sofreu através dos usos abusivos e freqüentes que explicavam tudo, perdendo assim sua capacidade compreensiva. De minha parte, no Brasil, explicitando (dada minha formação em lingüística) a presença do primeiro termo da relação posta pela definição do que é a forma material – lingüístico-discursiva -, elaborei a noção de interpretação na análise de discurso e coloquei-a como lugar de inflexão da questão da ideologia. Trabalho que procura explicitar o lingüístico na relação com o discursivo, fazendo incidir a questão do sujeito e do sentido. A língua é a materialidade específica do discurso (é a base dos processos discursivos) e o discurso é a materialidade específica da ideologia. Não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia. Se, como tenho afirmado, sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo, não há sentido sem interpretação pois a língua se inscreve na história para significar e é aí que proponho apreender a questão da ideologia, do sujeito, da interpretação.

Estão então ligados - pela noção de interpretação tal como proponho - sujeito, sentido, língua, história, ideologia. Relação só possível de ser elaborada trabalhando-se o objeto discurso definido como efeito de sentidos entre locutores (M. Pêcheux, 1969). É, como sabemos, pois no discurso que se pode observar a relação da língua com a ideologia. Esta última não concebida como ocultação mas como estrutura-funcionamento pela qual, reafirmo, sujeito e sentido se constituem ao mesmo tempo pelo acontecimento do significante na história. Fato de interpretação, função (no sentido formal) da ideologia. Abandona-se assim, pela análise de discurso, uma definição “conteudista” de ideologia (como ocultação), pensando-se o funcionamento.

SILENCIAMENTO E HISTÓRIA DA CIÊNCIA

Refletindo sobre o movimento teórico, na perspectiva da história das teorias no Brasil, podem-se considerar duas tentativas de silenciamento da especificidade da análise de discurso, que tomam basicamente as seguintes direções:

De um lado, os que argumentam a favor da precedência da questão lingüística como uma maneira de silenciar o discursivo ou, em outras palavras, como uma maneira de apagar o que a língua tem a ver com a ideologia e vice-versa. Um sub produto desse silenciamento vem por um investimento no des-conhecimento de que a análise de discurso trabalha a relação inconsciente/ideologia, tendo M. Pêcheux (1975) afirmado que inconsciente e ideologia estão materialmente ligados (na minha interpretação essa materialidade é a língua, E. Orlandi, 1992). Essa posição pretende destituir a análise de discurso de sua relação nuançada – considerando novamente a questão do entremeio, essa vez na relação inconsciente e ideologia - com a psicanálise e procura ou “submeter” grosseiramente uma teoria à outra ou alinhar a análise de discurso com a pragmática (psicologizando a noção de sujeito e interpretando de maneira empiricista a historicidade). A ideologia vira aí mera “visão de mundo”(?). De outro, há os que afirmam a ideologia mas o fazem sob o modo de uma análise sem lugar próprio – os tais “puxadinhos teóricos” – sustentando-se na realidade em uma análise de conteúdo, isolando, do mesmo modo, a língua em sua relação com a ideologia. Fala-se então em “discursos ideológicos” (para a análise de discurso não há discurso sem ideologia), ou em “conteúdos ideológicos”, sem ir ao fundo da questão que é, para a análise de discurso, o de que o funcionamento é ideológico (a ideologia, como tenho afirmado, não é “x” mas o mecanismo de produzir “x”). Não há sujeito, não há sentido sem ideologia (sem interpretação). Os sujeitos e os sentidos se constituem na/pela interpretação (pela/na ideologia), produção de efeitos metafóricos, em que a língua está investida.

O lugar de resistência, como estamos vendo, é o da relação da língua com a ideologia.

Analisa-se discursos mas o objeto é a língua e não o discurso, ou se visa o sujeito e não a relação sujeito/sentido, etc. Os resultados não podem ser assim referidos ao discurso a não ser sob o modo de redução do discurso à língua acrescida de elementos contextuais, incluindo-se aí o sujeito. Não são análises que tomam o discurso como um objeto próprio, no qual se pode observar a ligação da língua com a ideologia.

Há enfim uma outra forma de estacionar o movimento teórico e analítico da Análise de Discurso – e tudo isso inclui-se na ideologia da ciência, na ideologia marcada pelas diferentes formações discursivas que constituem o discurso da ciência e o prestígio da autoria – que é a que tenta fazer do campo da análise de discurso “terra de ninguém”. Ao mesmo tempo em que se beneficiam das contribuições específicas à prática da análise de discurso, alguns analistas não mostram o percurso feito no interior mesmo da análise de discurso já trabalhado pelos seus autores. Visa-se dispersar o que constitui o campo teórico e metodológico de análise de discurso e usam-se, pontualmente, suas conquistas teóricas (sem dizer seu nome). Desenvolvem-se trabalhos que, sem a noção de discurso, seriam impossíveis pois se sustentam sobre

questões que só se podem formular discursivamente, mas apagam-se as referências a seu corpo teórico organizado e organizador a nível de pressupostos e de resultados. Uma forma muito praticada desse apagamento é a leitura pragmática que se faz da análise de discurso² reduzindo-a a noções empiricistas, in-compreendendo o modo como nela se trabalham o sujeito e a situação, a exterioridade, para, “utilizando” o que lhe é próprio, apresentarem-se como “novas” contribuições sustentadas em geral na psicanálise ou na lingüística, na filosofia da linguagem, silenciando o que a análise de discurso já pratica há pelo menos 40 anos. Nessa forma de proceder encontramos a análise de discurso parafraseada sobretudo no que diz respeito aos deslizamentos (deriva), ao efeito metafórico (substituições, deslocamentos e rupturas), ao trabalho com o equívoco (o histórico, o político, a falha, a interpretação, a transferência), aos seus procedimentos analíticos (que implicam a relação paráfrase/metáfora) e que tocam a questão da ideologia definida discursivamente, relacionada ao que é interdiscurso: alguma coisa fala antes, em outro lugar, independentemente. Ou seja, usa-se, sem dizer, o aparato analítico da análise de discurso e sem referi-lo ao dispositivo teórico que o sustenta. Com isso, entre outros, dilui-se o fato de que há muito a análise de discurso já trabalha um sujeito que é “falado”, nesse caso, pela ideologia (em sua relação com a língua), sem no entanto pensar um sujeito autômato, pois o sujeito da análise de discurso é um sujeito (lingüístico) histórico.

Há, também, as “artimanhas”: maneiras de não fazer análise de discurso, falando dela. Questiona-se então continuamente seu campo teórico, suas noções, seus conceitos e definições. Estar aberto não significa não constituir um campo teórico definido. E há larga diferença entre questionar uma teoria, através de falácias e falsos dilemas, e fazer questões face a uma teoria, na construção de uma análise e na interpretação dos seus resultados, levando à compreensão do objeto da análise em questão. Referir-se o analista em sua prática ao que estabelece a análise de discurso em seu campo de conceitos e definições é fundamental.

Essa é ainda uma maneira de se procurar desconhecer o próprio da filiação teórica da análise de discurso nas ciências da linguagem. Porque ela desorganiza a relação da lingüística com as ciências humanas e sociais, ao tratar de maneira própria o que é língua, o que é sujeito, o que é sentido. Porque ela mostra que a questão semântica “não é apenas mais um nível de análise mas é o ponto nodal em que a lingüística tem a ver com a filosofia e com as ciências sociais”. Porque ela afirma o real da língua mas também o real da história, ao mesmo tempo. Porque ela inscreve o sujeito na análise. Porque ela liga materialmente inconsciente e ideologia e trabalha não só com a interpretação mas também com a descrição.

Essas são as expressões de antagonismos que procuram reduzir o programa próprio da análise de discurso e da abertura de um campo de questões e de reflexões

² Quando falo “leitura pragmática” não estou dizendo que é uma leitura feita por quem se filia à Pragmática. Há leituras pragmáticas de discurso feitas por pesquisadores de várias áreas disciplinares ou de diferentes teorias da linguagem. Isto mostra que, ideologicamente, na ciência da linguagem, a posição de entremeio não é fácil de ser mantida ou compreendida, ou acolhida. Pende-se ou para um lado (formalista) ou para outro (empiricista). A leitura pragmática sustenta-se na ideologia dominante da Lingüística, separando sujeito e objeto, língua e sujeito, língua e situação, interioridade e exterioridade etc.

sobre a linguagem que se sustenta sobre esse novo objeto, que é o discurso. São modos de refletir que, muitas vezes, mostram posições que são menos teóricas que burocráticas, enquanto posições que tocam a institucionalização, a legitimação das teorias e o violento jogo ideológico que preside os modos de existência e validação das teorias, a validação da própria ciência, sob o argumento de que só há ciência [da linguagem] no interior do positivismo, ou, de modo mais tortuoso, reduzindo qualquer forma de conhecimento [da linguagem] ao positivismo.

UM FINAL FELIZ

Se são essas as dificuldades, no entanto a prática científica já não é a mesma desde as primeiras reflexões formuladas a propósito desse novo objeto, o discurso. Pela fecundidade do campo de questões que inaugura no seio das disciplinas da linguagem, a análise de discurso tem uma presença efetiva desenhada nesse campo. Irremediavelmente.

Citando Danton, “não se destrói realmente senão aquilo que se é capaz de substituir efetivamente”, M. Pêcheux (apud D. Maldidier, 1990) faz a crítica da Semântica, tendo por corolário um conjunto de proposições por uma Semântica Discursiva. Mas a meu ver M. Pêcheux faz mais que isso e instaura um novo objeto, o discurso, lançando as bases de uma nova teoria. Se, como diz Gilles Deleuze (2001), só se pode ir contra alguma coisa por afirmações, isto é pela criação de uma outra coisa, a análise de discurso faz isso exemplarmente, enquanto ciência que pratica a desterritorialização do conhecimento, no caso, da linguagem. Tanto os que tentam “negá-la” como os que pretendem “desconhecê-la”, ou os que a “integram” silenciando-a, dando-lhe outros sentidos, deslocam-se ou têm de explicitar mais decisivamente suas posições, tanto em relação ao discurso como à língua. Esse lugar teórico posto no campo das teorias da linguagem pela análise de discurso produz sistematicamente seus efeitos. Isso é ciência. A análise de discurso aí apresenta-se, como diz P. Henry (1994) como “cavalo de Tróia” que se introduz no campo das ciências sociais, e, eu acrescentaria, na lingüística.

Se, em um primeiro momento, o discursivo aparece como um objeto em “apêndice” nas teorias da linguagem, com a fecunda elaboração da análise de discurso inverte-se o panorama: não há teoria do campo das ciências da linguagem que não tenha sido afetada pelo que é discurso (inseparável do método e da teoria que o concebe) e assim tenha-se reconfigurado (resignificado) em seu próprio campo. A análise de discurso se impõe como acontecimento teórico que reestrutura o campo das teorias da linguagem. Com conseqüências visíveis e significativas para as ciências humanas e sociais.

E quais os resultados interessantes que podemos elencar? Ficaremos em alguns deles apenas.

Para as Ciências Humanas e Sociais em geral, o ganho está na explicitação das relações entre elas já que elas se sustentam sobre a noção de sujeito, de linguagem e de situação. Com a noção de discurso, passam a elaborar essas relações assim como a

relação com seus objetos (atravessados pela linguagem) levando em conta a discursividade (a linguagem). Para as ciências sociais, em particular, isto tem como efeito a redefinição do que é político, do que é ideologia, do que é histórico, do que é social, quando se faz intervir a linguagem (como algo que não é transparente).

Para a lingüística, é importante lembrar as retomadas da relação língua/fala, língua interna/ externa ou língua empírica etc. Isto reflete sobre a necessidade de repensar o estatuto e as relações entre semântica e léxico, morfologia e sintaxe, sintaxe e semântica etc. Não podemos esquecer a questão posta também para a relação entre língua e línguas o que repõe questões que se dividiam entre uma perspectiva filológica (línguas) e lingüística (língua). Para as teorias lingüísticas “complementares”, podemos ressaltar a necessidade que estas se põem de refinar suas concepções de exterioridade (sujeito, situação, contexto, memória) e suas articulações no interior do próprio campo da lingüística.

Para a psicanálise, a noção de discurso faz emergirem questões que interrogam o sujeito-no-mundo. O real da história que se impõe, na sua relação com o real da língua.

Para a ideologia, reconhece-se que isto que foi silenciado, no que esta noção significa, não deixou de existir mas para ser compreendido demanda outros instrumentos no sentido em que P. Henry (idem) define “instrumento” na ciência e que exige resignificações teóricas, descobertas, deslocamentos. Ou como diz P. Henry (ibidem), falando de Pêcheux: “E Pêcheux conclui sobre este ponto dizendo que as ciências colocam suas questões, através da interpretação de instrumentos, de tal maneira que o ajuste de um discurso científico a si mesmo consiste em última instância na apropriação dos instrumentos pela teoria. É isto que faz da atividade científica uma *prática*.”

P. Henry aí retoma Hebert-Pêcheux (1966), para quem toda ciência é produzida por uma mutação conceitual em um campo ideológico em relação ao qual esta ciência produz uma ruptura. A ciência é assim ciência da ideologia com a qual rompe. O objeto da ciência não é um objeto empírico mas uma construção. Segue-se daí que há dois momentos na ciência: o da transformação produtora de seu objeto (dominado por um trabalho de elaboração teórico-conceitual de ruptura) e um de reprodução metódica desse objeto. Nesse segundo momento os instrumentos têm uma importância fundamental mas só podem ter sua função se a transformação produtora do objeto tiver ocorrido. Por isso compreendemos que a fundação de uma ciência é também o momento da reinvenção dos instrumentos já existentes (P. Henry, ibidem).

Em relação a esses dois momentos, que são indissociáveis, o trabalho realizado no Brasil teve um retorno sobre o trabalho na França que foi fundamental para o sentido teórico (e analítico) da análise de discurso. Isto pode ser lido, na publicação “Hommage à Denise Maldidier” (Eds des Cendres, 1993) que foi, sem dúvida, a mais importante continuadora “explícita”³ da análise de discurso estabelecida por M. Pêcheux, na França, onde está registrado “son exceptionnelle rencontre avec Eni Orlandi de l’Université de Campinas, au Brésil”. A referência a esse encontro mostra a elaboração

³ Muitos outros participantes do grupo, que fizeram parte da fase inicial da análise de discurso produzida por M. Pêcheux, continuam a trabalhar a linguagem em outros domínios teóricos mas com uma reflexão discursiva pressuposta, implícita, que considero muito produtiva.

que faz avançar a teoria do discurso após a morte de M. Pêcheux. Dos dois lados do Atlântico.

Passarei a fazer considerações que mostram a singularidade do trabalho realizado por mim no Brasil e que toca a articulação entre a construção de uma forma de conhecimento e sua institucionalização.

Na perspectiva da história das idéias lingüísticas, como temos trabalhado (S. Aurox et alii, tomo I, 1989), e situando-me nessa história, devo dizer que não há só “recepção” de um autor (fundador (“lá”) e influência (“aqui”)), mas produção de um deslocamento na tradição lingüística, em nosso caso, brasileira. Isso se dá não só do ponto de vista teórico mas também na perspectiva da relação entre ensino e pesquisa e institucionalização dessa forma de conhecimento, sua disciplinarização. Como mostraremos mais à frente, a Análise de Discurso, que vem pela filiação a M. Pêcheux, encontrou um lugar institucional no Brasil antes da França e isso em condições particulares.

Vejam os que dizem Chiss e Puech (1995), falando sobre a diferença entre *predecessor* (ordem empírica de sucessão) e *precursor* (referido à unidade, campo disciplinar homogêneo): “para coexistirem, continuidade disciplinar e refundação passam pois aqui pela distinção entre sucessão empírica dos heróis de uma tradição, e o recurso à influência externa de um predecessor na ordem da legitimidade e da racionalidade epistemológica”. Para compreender essa distinção é preciso operar, como Hjelmslev, uma outra distinção, desta vez entre “tradição” e “escola”. E aí, estimam os autores (idem), “tomar em conta (retrospectivamente) o horizonte de projeção da disciplina implica necessariamente um de-centramento da tradição nacional em direção ao Grande Predecessor”.

Nessa linha de reflexão é que situo meu trabalho relativamente à M. Pêcheux (fundador da análise de discurso) e a tradição lingüística a qual me filio no Brasil - na qual ressalto a presença de um lingüista como Hjelmslev, sem deixar de lembrar dois mestres, um de filologia portuguesa e outro de filologia românica: Clemente Segundo Pinho (graduação) e Theodor Henrique Maurer (pós-graduação)⁴. Na relação entre a

⁴ Professora da USP, em 1968, parti para a França para fazer meus estudos e ser leitora de língua e civilização brasileira na Universidade de Montpellier, encaminhada pelo prof. Audubert, em uma relação mediada pelo prof. Maurer e pelo prof. Antonio Cândido. É interessante observar que escolhi, naquele momento, entre ser do primeiro grupo que estava constituindo, através de projeto liderado pelo prof. Fausto Castilho, os especialistas enviados a Besançon, que estavam na base da criação da Lingüística no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Unicamp, e o leitorado vinculado à USP. Escolhi o leitorado da USP e fui para Montpellier. De lá fui para Paris, onde segui os cursos de N. Ruwet (Sintaxe Transformacional) e L. J. Prieto (Semântica ou o que ele designava como Noologia), de quem fui orientanda em doutorado na Universidade de Paris-Vincennes em 1969/1970. Nessa mesma época, segui regularmente o curso de O. Ducrot sobre Lógica e Linguagem, na EPHUSS. E frequentei, esporadicamente, aulas de R. Barthes, Greimas e Lacan (de quem assisti seminários, comprei e tentei ler os Escritos), só para conhecer, sem saber ainda os ecos que esses autores produziram em minha reflexão. Na livreria Maspero, lugar de encontro dos intelectuais da época, conheci M. Foucault, que era um dos frequentadores da livreria, admirado intensamente por todos nós, e vi dois livros que me chamaram a atenção: um, de Julia Kristeva, e, o outro, Análise Automática do Discurso, de M. Pêcheux, recém publicado pela editora Dunod. Comprei o livro de M. Pêcheux. E o li juntamente com a Introdução à Sintaxe Transformacional de N. Ruwet, publicado pela Plon. O texto de M. Pêcheux foi extremamente instigante e, a partir daí, passei a acompanhar as publicações, variadas, e nem sempre frequentes, que traziam reflexões sobre discurso.

“tradição” lingüística brasileira e a lingüística geral, minha prática nessa história aponta para o deslocamento e a presença simultânea, no Brasil, de uma “escola” de análise de discurso “aqui”. Podemos mesmo falar em uma Escola Brasileira de Análise de Discurso, em cuja fundação me situo - ressaltando igualmente a presença de um grupo de pesquisadores fortes e conseqüentes - , na sua relação com a Escola Francesa de Análise de Discurso (a que foi fundada por M. Pêcheux, o predecessor), fazendo uma diferença, como me dizia meu amigo e inesquecível sociolinguísta Fernando Tarallo, na tradição lingüística brasileira. Também diversa da que se desenvolve “lá”, na França. Desse modo, coexistem nessa filiação teórica, como dizem Chiss e Puech (1994), “um *domínio de memória* certamente - em que se estabelecem relações de gênese, de filiação, de continuidade e descontinuidade - mas também um *domínio de pesquisas* - em que os enunciados do “mestre” são discutidos e trabalhados no seio de cada projeto científico, em que o *consenso* é, talvez, buscado mais do que pressuposto”. Sem dúvida, além de meus objetivos teóricos mais ligados a uma filiação, à minha curiosidade científica (O que é linguagem? O que é discurso? Como funciona a língua no mundo? Como se constitui o sujeito? Como se produzem os sentidos? Afinal, o que é ideologia?) que já existia muito antes de eu conhecer a Análise de Discurso, trata-se também, em minha prática, de um esforço de disciplinarização que “organiza a relação da cumulatividade e da descoberta (que) administra a herança na perspectiva da inovação” (eu diria “invenção” mesmo), no Brasil. Trata-se de um trabalho que institucionaliza a análise de discurso enquanto uma disciplina, pela sua reinvenção contínua⁵.

A este respeito volto a tematizar a relação da Análise de Discurso na França e no Brasil. No Brasil há uma relação do que chamo de “consistência histórica”, sem solução de continuidade, entre o que se chama Análise de Discurso e sua institucionalização. Não é o caso na França. Pêcheux e o grupo de pesquisadores responsável pelas elaborações teóricas que fundam esse campo disciplinar não “coincide” hoje com os que se autodenominam analistas de discurso da escola francesa e que atualmente institucionalizam a prática do que chamam análise de discurso. Por outro lado, há a

⁵ Não deixa de ter interesse o fato de que, na Universidade de São Paulo, onde lecionei durante 12 anos (de 1967 a 1978, com interrupções para estágios na França), fui professora de Filologia Românica e Lingüística, e, na Lingüística, de Lingüística Geral (basicamente Saussure), Morfo-Sintaxe, Sintaxe Gerativa e Transformacional, de Quadros Formais da Matemática Aplicados à Linguagem, de Lexicologia, de Sociolinguística. Não havendo a disciplina de análise de discurso, fui credenciada para dar cursos e orientar trabalhos no mestrado em Lingüística, na disciplina “Análise Sociolinguística do Discurso Pedagógico”. Vale dizer que iniciei minha carreira universitária na USP, a convite do prof. Dr. T. H. Maurer que, ao se aposentar, convidou-me para ocupar a vaga, em 1967. É de se ressaltar que eu havia sido sua aluna já no curso de Lingüística Geral, que ele criou na USP de então, a pedido de 3 alunos: Emílio Giusti (Fonética e Fonologia), Lelia Erbolato (Saussure) e eu (Estruturalismo). Este curso começou como curso de Especialização em Lingüística Geral e, em seu decorrer, transformou-se em curso de Mestrado, o primeiro mestrado em Lingüística Geral. O que havia antes era curso de Lingüística Indo-Européia, vinculada à Filologia Românica. A vinculação da Lingüística à Filologia Românica continuou durante algum tempo e depois a Lingüística se constituiu em uma disciplina autônoma. Entre outros professores da USP, eu participei também dessa história, da autonomização da disciplina Lingüística, nos anos 60/70. Mas esta já é uma outra história. Quanto à mim, em 1979, transferi-me para o Departamento de Lingüística do IEL, na Unicamp, onde, desde o início, dediquei-me ao estabelecimento e consolidação da área de Análise de Discurso.

sobrevivência de fundamentos daquela filiação teórica em pesquisadores que não se incluem no que, hoje, se chama análise de discurso da escola francesa. Na época de sua fundação (anos 60/70) havia uma dispersão – os que praticavam essa forma de conhecimento, reunidos em torno de M. Pêcheux, P. Henry, M. Plon, pertenciam a diferentes instituições e, ou não eram docentes, só pesquisadores, ou eram docentes de lingüística, ou de história etc – e hoje não há contemporaneidade entre o passo dado nos anos 60/70 e os que gerem a instalação institucional dessa disciplina. Ao contrário, no Brasil, a minha produção teórica, em relação a essa forma de conhecimento, encontrou eco institucional e acadêmico na construção de um passo em nossa tradição de reflexão sobre a linguagem. Há uma relação de consistência histórica entre o que se chama, no Brasil, não sem ironia (que faz parte da ideologia de colonização), Análise de Discurso da escola francesa, e sua institucionalização. Na França, eu diria, que entre o “nome” (AD) e a “coisa” institucional há um lapso separando um momento e outro: o da sua fundação e o de sua institucionalização acadêmica. No Brasil isso se dá já nos anos 70/80 e sem lapso, consistentemente, conjugando-se produção e condições institucionais. Em Campinas, a Análise de Discurso se institucionalizou pelo concurso dos que se filiaram a seu campo teórico. Pelo ensino desta disciplina – como parte dos currícula, de graduação e de pós graduação, do Instituto de Estudos da Linguagem, especificamente do Departamento de Lingüística, o que é aliás a sua marca – ela se representou em programas de pós graduação e em organismos de pesquisa o que garantiu sua estabilidade institucional e de produção. Na França, foi uma iniciativa que ficou a cargo de pesquisadores do CNRS, alocados em diferentes universidades mas sem constituir uma disciplina até bem pouco tempo. Ao lado da questão da disciplinarização da Análise de Discurso merece aqui um comentário o fato de que, na França, a pesquisa em ciências humanas existe independentemente do ensino na Universidade e no Brasil não. Em nosso caso, ou se tornava uma disciplina acadêmica ou não teria futuro como pesquisa, ou seja, não sairia da fase inicial. Esse passo foi dado e a produção dessa área é extremamente vigorosa no Brasil.

Nessa história, e voltando-me para a compreensão desses movimentos da teoria e da constituição de seus instrumentos, assim como da elaboração (instituição) de uma disciplina, em que estive rigorosamente presente, não é menos importante o fato de que, em minha reflexão, no estabelecimento da noção de discurso, interrogo o que é interpretação (E. Orlandi, 1996), buscando estar sempre no “entremeio”, trabalhando a região da relação do real da língua com o mundo, ou seja, com o real da história, redefinindo o que é ideologia, e proponho (E. Orlandi, 1988) uma distinção básica entre sujeito e autor (e escritor) e entre discurso e texto que afeta sobremaneira a relação entre o que tenho proposto como dispositivo teórico (específico à teoria da análise de discurso) e dispositivo analítico da interpretação (que se abre para as diferentes teorias ligadas ao campo de questões assumido pelo analista, seja ele lingüista, historiador, cientista social, fonoaudiólogo etc). Desde o início procurei compreender e elaborar a relação inconclusa, tensa e indistinta entre paráfrase (o mesmo) e polissemia (o diferente); a incompletude do sujeito⁶; a identidade como movimento na história; a

⁶ Faz-se necessário referir aqui a um intelectual que admiro, Rodrigo Naves, que, em 1981, recebeu e publicou, sem me conhecer, um texto meu, *A Incompletude do Sujeito*, no Folhetim, suplemento, que ele

língua sujeita à falha e a inscrição da língua na história produzindo o equívoco; o gesto de interpretação fazendo-se no recobrimento da estrutura com o acontecimento, jogo da contradição; a passagem do irrealizado ao que “faz” sentido (discursos fundadores), distinguindo entre o não-sentido (non sens) e o sem-sentido (o que já significou). Essas são algumas das minhas elaborações teóricas e metodológicas que marcam meu trabalho pessoal e fazem efeito na análise de discurso em geral. Desse modo, contribuímos para as discussões que se fazem sobre a relação do campo das ciências sociais e o da lingüística. Não pela negação ou exclusão de alguma dessas disciplinas, mas pela reinvenção que estabelece o entremeio que é a análise de discurso. Certamente, essa “re-invenção” tem sido o fio condutor da minha prática como analista de discurso. Nesta, também é relevante a maneira como introduzo a noção de silêncio, dando-lhe um estatuto teórico que alarga a própria noção de discurso, teorizando a relação entre dizer/não dizer e deslocando o que se diz sobre o implícito.

Essas reflexões podem nos levar a compreender melhor porque o homem está sempre tenso, quando se trata do conhecimento, entre o campo das disciplinas ditas “exatas” e aquele das disciplinas ditas “humanas e sociais”, e porque finalmente essas diferentes disciplinas são sempre consideradas desigualmente em sua capacidade de “dizer/produzir” o homem. Não estaria aí um dos efeitos do equívoco necessário que constitui todo dizer colocando-nos, enquanto analistas de linguagem, na impossibilidade de não podermos sê-lo senão pela falha que nos constitui face ao simbólico? Não seríamos nós aí o corpo, a matéria dessa contradição? E a questão teórica se junta à da política científica: o cientismo é a forma pérfida de, ao mesmo tempo que institui a língua como capaz de constituir um campo de conhecimento, pelo mesmo gesto, subtrair as diferentes formas de seu conhecimento.

Para terminar, retomo um autor que marcou o início de minha produção⁷ na ciência da linguagem: “Linguista sum et nihil linguistici mihi alienum puto” (L. Hjelmslev, 1968). Ou, dizendo poeticamente, parafraseio Cora Coralina: quanto mais longe vou, mais estou voltando para casa. Sei hoje mais sobre a língua do que sabia quando trabalhava na lingüística strictu sensu. Quanto ao discurso, falta muito para eu saber o que realmente é.

dirigia, da Folha de São Paulo (mais tarde o Folhetim foi substituído pelo Mais). Na época, repercutiram fortemente minhas formulações discursivas sobre a incompletude do sujeito, sobre a falha como o possível na linguagem, assim como a não transparência da linguagem, o político como constitutivo, e a relação sujeito/sentido em sua constituição. Este texto me trouxe, ambigualmente, um forte retorno acadêmico e algumas dificuldades institucionais.

⁷ Refiro à “produção” e não “formação”, pois o que marcou os inícios de minha formação em lingüística, como a de muitos de meus contemporâneos, foram autores como Saussure, Martinet, Troubetzkói, Bloomfield e Benveniste.

BIBLIOGRAFIA

- AUROUX, S. (1989). *Histoire des Idées Linguistiques*, Tome 1, Mardaga, Liege-Bruxelles. Chiss e C. Puech (1994) “Saussure et la constitution d’un domaine de mémoire pour la linguistique moderne”, *Langages*, 114, Paris (pp 41/53).
- CHISS, J-C. e PUECH, C. (1995). “La linguistique structurale, du discours de fondation à l’emergence disciplinaire”, in *Langages*, 120, Larousse, Paris, (pp106/125).
- HAROCHE, Cl., P. Henry, M. Pêcheux, (1971). “La sémantique et la coupure saussurienne: langue, langage, discours”, *Langages*, 24, Larousse, Paris.
- HJELMSLEV, L. (1968). *Prolegomènes à une Théorie du Langage*, Ed. Minuit, Paris.
- HALLYDAY, M.A.K. e HASAN R. (1976). *Cohesion in English*, Londres, Longman.
- HENRY, P. (1997). “Os Fundamentos Teóricos da Análise de Discurso de M. Pêcheux” in *Por uma Análise Automática do Discurso*, Ed. Unicamp, Campinas.
- MALDIDIER, D. (1990). *L’inquiétude du Discours*, Eds des Cendres, Paris.
- ORLANDI, E. P. (1983). *A Linguagem e seu Funcionamento*, Ed. Brasiliense, São paulo.
- _____. (1988). *Discurso e Leitura*, Cortez/Unicamp, São Paulo.
- _____. (1994). “O Lugar das Sistematicidades Lingüísticas na Análise de Discurso”, in *Delta*, vol.10,n.2, EDUC, São Paulo.
- _____. (1996). *Interpretação* Ed. Vozes, Petrópolis.
- PÊCHEUX, M. (1975). *Les Vérités de la Palice* (1975), Maspero, Paris.
- _____. (1994). “Ler o Arquivo Hoje”, in *Gestos de Leitura*, E. Orlandi (org.), Unicamp, Campinas.
- HEBERT, T. (M. Pêcheux) (1966). Cahiers pour l’analyse, tradução “Observações para uma teoria das Ideologias”, in RUA, nº 1, Labeurb, Campinas, 1995.
- SAUSSURE, F. de. (1966). *Cours de Linguistique Générale*, Payot, Paris.